

VITÓRIA DE BOLSONARO E SAÍDA DO ESCONDERIJO

Gilmar Mendes Lourenço

É quase generalizado o diagnóstico de que a sociedade brasileira escolheu, mais uma vez, alguém despreparado para a complexa tarefa de condução dos destinos políticos do país no exercício das funções de chefe de governo e Estado. Tal anomalia é reconhecida por parcela expressiva do próprio eleitorado do deputado federal e ex-capitão do exército Jair Bolsonaro.

Na verdade, ao protagonizar não poucas encrencas com certos adversários na câmara dos deputados - na busca de ocupação, de forma espetaculosa, dos flagrantes vazios constatados no debate dos assuntos de segurança e educação, na casa de leis - aquele que tempos depois se transformou em postulante ao cargo de mandatário nacional não economizou palavras ou gestos para demonstrar pouco apreço pelos ditames democráticos, defender a lógica da ditadura militar e da tortura e revelar posição preconceituosa contra mulheres, negros, homossexuais, índios, dentre outros atores sociais.

A justificativa para o aparente paradoxo resumido na vitória eleitoral de alguém desprovido de propostas sistematizadas, precisas e críveis repousa no aprofundamento do emprego de uma retórica raivosa, contrária ao comportamento adotado pelo ex-presidente Lula, seus prepostos e respectivas equipes, durante mais de treze anos de administração do executivo federal, capitaneada pelo partido dos trabalhadores (PT), que, sob a nuvem do alargamento dos programas oficiais de transferência de renda, esboçados e aplicados desde 1994, escondeu verdadeiros assaltos ao caixa das empresas estatais e às peças orçamentárias.

Depois de andar no vácuo das manifestações de insatisfação populares brotadas em 2013, que atingiram o ápice com a precipitação do impeachment da presidente Dilma e a surra eleitoral levada pelo PT no pleito municipal de 2016, Bolsonaro passou a defender, de forma veemente, a intenção de interrupção do projeto de ruína econômica e social conduzido por aquela aliança hegemônica de poder.

Para tanto, contou com a colaboração da deterioração da imagem da classe política junto à população, sintetizada no envolvimento direto no adensamento e multiplicação da corrupção, e, especificamente no enfraquecimento das agremiações de oposição tradicionais que, apesar de consideradas mais responsáveis, não lograram êxito na explicitação de plataformas claras e consistentes para a superação dos embaraços econômicos e políticos que atingem a nação.

Eleito com 57,8 milhões de votos dos brasileiros, contra os 47,0 milhões conquistados por seu oponente, Bolsonaro terá que render-se às evidências de diferença entre o conjunto de ingredientes subjacentes a uma campanha eleitoral – marcada, nesse caso, pela intensa utilização das redes sociais e o escape de debates que oportunizaram o conflito de ideias e o confronto de opiniões – e os elementos requeridos para a fixação de prioridades e execução de ações de governo, visando ao enfrentamento e superação da instabilidade política e econômica, ainda instalada por aqui.

Porém, a grande barreira para a saída da encruzilhada eleitoral e o seguimento das trilhas das iniciativas de tomada de decisões reside na ausência de um plano articulado, por parte do presidente eleito, e no caráter genérico e/ou impreciso das proposições levantadas durante o período de garimpagem de simpatizantes e, notadamente, votos.

Não por acaso, persistem dúvidas quanto à inclinação da orientação macroeconômica do futuro governo: estatizante e corporativista, conforme o comportamento histórico do parlamentar, ou liberal, influência pelo recente batismo no rio dos mercados produtivos e financeiros.

Até porque, em distintos momentos, o candidato foi forçado a desautorizar algumas colocações feitas por seus assessores mais próximos, especialmente nos terrenos tributário, privatizações e garantias sociais, precisamente quanto à ressurreição da CPMF – instituição de um imposto federal incidente sobre as operações financeiras em lugar de alguns tributos atuais -, vendas de estatais estratégicas e questionamento da existência do décimo terceiro salário e terço de férias para os trabalhadores.

Persistem dúvidas quanto à inclinação da orientação macroeconômica do futuro governo: estatizante e corporativista ou liberal.

Logo, considerando que o eleitor exerceu o direito de preferência desprovido de adequado conhecimento acerca do que se poderia denominar uma “agenda mínima de governo”, em contraposição à natureza imperiosa de recomendações transparentes e viáveis, caberá às forças sociais conservadoras, que moldaram o episódio e determinaram os resultados da contenda, o abandono dos esconderijos e a realização de esforços para abrandamento dos riscos de ocorrência de incursões aventureiras.

À primeira vista, parece precipitada a insinuação de promoção de desvinculações de receitas e a troca do teto constitucional de gastos pelo “orçamento base zero” – com reavaliação das despesas a cada exercício, sem o compromisso de preservação do conjunto de programas públicos - antes da descoberta e exame de expedientes para o fechamento, em médio e longo prazo, dos ralos da previdência e social e folha de proventos dos servidores, que respondem por 70,0% dos dispêndios federais não financeiros.

Ademais, preocupa a tentativa de aprovação de parte de um novo aparato previdenciário de maneira açodada, ainda em 2018, e, o que é pior, conduzida pelo poder e executivo (e legislativo) detentor da impopularidade mais devastadora da história, sendo derrotado apenas para ele mesmo.

Só a título de ilustração, inquérito da Confederação Nacional da Indústria (CNI) denota que a aprovação popular ao governo Temer (conceito ótimo e bom) situava-se em 4,0% em setembro de 2018, o segundo menor nível da série levantada pela entidade desde março de 1986, contra 3,0% em setembro de 2017. A proeza na gestão Temer foi a superação negativa da popularidade de Sarney, na época da hiperinflação (7,0%, em julho de 1989), e Dilma, antes do impeachment (9,0%, em dezembro de 2015).

De outra parte, ainda que o aceite da derrota represente figura rara no álbum dos perdedores, as correntes de oposição deverão abandonar os campos de batalha e objetivos de “extinção dos inimigos” e produção de danos à nação e participar de modo exaustivo da discussão madura do elenco de pontos estratégicos para a sustentação de um novo estágio de crescimento econômico, com modernização produtiva e inclusão social.

Por essa perspectiva, a sobrevivência da sigla de maior densidade, o PT – que elegeu 56 deputados federais e 04 governadores e cujo líder permanecerá preso, condenado por crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro - exigirá alteração radical do seu *modus operandi*.

Enquanto no governo, o grupo costumava priorizar o suprimento de demandas do partido, em detrimento de posturas republicanas, na crença do caráter infinito dos recursos orçamentários. Fora dele, a agremiação mantem-se avessa à oxigenação de comportamentos e presa ao erguimento de bandeiras panfletárias, em sua maioria, à tese de perene perseguição e vitimização por seres elitistas e ao repúdio da legitimidade dos oponentes.